

PARA A REVISTA TERRA NUOVA

I - Como o Senhor vê a situação do Brasil hoje - de um lado, o desenvolvimento econômico que coloca o Brasil como uma grande potência, de outro, a miséria castigando de forma tão dura as maiorias populares?

P.F.- Não creio que ninguém, com um mínimo de sensibilidade, neste país, não importa qual seja sua posição política, possa conviver em paz com realidade tão cruenta e injusta quanto esta.

Uma coisa, porém, é sentir-se mal, mas, em seguida, encontrar argumentos manhosos - "a preguiça do povo", "a incultura do povo", "Roma não se fez num dia" - para explicar a fragilidade da situação e defender hipóteses puramente assistencialistas de ação; a outra é tomar-se de uma "justa ira" e engajar-se em projetos políticos de transformação substantiva da realidade.

Minha sensibilidade me leva a arrepiar-me de mal estar, quando vejo, sobretudo no nordeste brasileiro, famílias inteiras comendo detritos em áreas de aterro, comendo lixo, enquanto "lixo" de uma economia que se vangloria de ser a 8ª ou a 7ª do mundo.

Minha sensibilidade ferida faz mais contudo, do que deixar-me arrepiado e ofendido como gente: me deixa indignado e me empurra para a luta política no sentido da transformação radical desta sociedade injusta.

Minha sensibilidade machucada me deixa triste quando sei o número de meninos e de meninas populares em idade escolar, no Brasil, que são "proibidas" de entrar na escola; quando sei que, entre os que conseguem entrar, a maioria é **expulsa** e ainda se diz dela que se **evadiu** da escola. Minha sensibilidade açoitada me deixa horrorizado quando sei que o analfabetismo de jovens e adultos vem crescendo nestes últimos anos, quando percebo o descaso a que a escola pública foi relegada, quando constatado que numa cidade como São Paulo, há aproximadamente um milhão de meninos e meninas nas ruas.

Mas junto ao horror que uma realidade assim me provoca, a raiva necessária e a indispensável indignação que me dão alento na luta democrática pela superação deste escândalo e desta ofensa.

II - Sua trajetória como educador - como surge - a época da ditadura o exílio.

Por que aceitou o convite para a Secretaria Municipal de Educação?

P.F.- Ninguém começa a ser educador numa certa terça feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educa - dor. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

É bem verdade que a gente tem, desde menino, certos gostos, certas preferências por coisas, ou formas de ser, ou de dizer, ou de fazer que, de vez em quando, ou quase sempre, coincidem com a natureza de certos quefazeres, como o educativo, por exemplo.

É por isso que, às vezes, em face de certos destes gostos, os mais velhos dizem de meninos ou de meninas que já nasceram médi-cos, educadoras ou artistas. Na verdade, porém, ninguém nasce feito.

Eu fui um menino cheio de certos anúncios pedagógicos, curiosidade, inquietação por saber, gosto de ouvir, vontade de falar, respeito à opinião do outro, disciplina, perseverança, reconhecimento de meus limites.

Minha carreira de educador começou exatamente na minha experiência de educando, quando, bem ou mal, aqueles gostos foram estimulados, atendidos ou recusados. Muito jovem ainda, e pouco tempou depois de haver entrado no curso ginasial, comecei a "ensinar" língua portuguesa. E foi ensinando os conteúdos gramaticais e sintáticos aos alunos que comecei a me preparar para entender que, como professor, se o meu papel não era, de um lado, propor aos alunos que refizessem toda a história do conhecimento do conteúdo de que lhes falava, não era, de outro, funcionar como puro perfi-lador do conteúdo que ensinava. O fundamental seria desafiar os

alunos a perceber que aprender os conteúdos que lhes ensinava implicava que eles os **apreendessem** como **objetos de conhecimentos**. A questão que se colocava não era **a de descrever** o conceito dos conteúdos mas desvelá-los para que os alunos assumissem diante deles a **curiosidade radical** de quem busca e de quem quer conhecer. É bem verdade que, àquela época, a em que este conhecimento do ato de ensinar, a que corresponde uma compreensão dinâmica e crítica do que é **aprender**, começava a se dar, não me era possível ainda, falar dele como falo agora.

Esta certeza gnosiológica, a de que **aprender** o objeto, o conteúdo, passa pela **apreensão** do objeto, pela **assunção** de sua razão de ser, me acompanha em todas as etapas de minha prática e de minha reflexão teórica sobre a prática. Na minha experiência de jovem professor, quase adolescente, de português, no meu trabalho nos côrregos e nos morros do Recife, no começo de minha juventude, como educador popular, na formulação dos princípios fundamentais do chamado Método Paulo Freire, designação de que não gosto, na minha atividade de professor universitário, no Brasil e fora do Brasil, e no esforço atual de formação permanente dos educadores e educadoras da Rede Municipal de Educação em que me engajo agora, à frente da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, ao lado da excelente equipe com que trabalho.

Para ser um pouco mais objetivo na resposta à sua pergunta em torno de minha trajetória de educador talvez pudesse fazer referência a momentos e a pessoas que, direta ou indiretamente me marcaram.

As dificuldades que vivi na infância, senão trágica, difícil e a forma como meus pais se comportaram na confrontação das dificuldades foram ambas - as dificuldades e a maneira como meus pais se moveram em face delas - importantes na minha formação como gente a que se segue a minha formação como educador, sem nenhuma dicotomia entre elas. A morte de meu pai - quando eu tinha 13 anos, o trauma de sua ausência - a a bondade de minha mãe, sua lu

ta para que pudesse estudar. A figura de um excelente educador do Recife, Aluizio Araújo, pai de minha segunda mulher e a quem devo o estudo gratuito em seu colégio, alguns professores cujo testemunho é lembrado hoje ainda por mim, a chegada à minha vida, quando recém-começava meu curso jurídico na Faculdade de Direito do Recife, de Elza, extraordinária mulher e educadora, cuja falta quase me tirou do mundo para onde voltei trazido pelas mãos de outra ~~mulher~~ não menos extraordinária mulher Nita; dez anos de experiência político - pedagógica com trabalhadores de áreas urbanas e rurais de Pernambuco, meu trabalho acadêmico, leituras fundamentais, uma certa camaradagem com Cristo e com Max, para espanto de certos cristãos e desconfiança de marxistas ingênuos. Tudo isto é sobretudo os ingredientes que permeiam tudo isso tem que ver necessariamente com minha trajetória como educador. E a tudo isso, com importância não menos grande, se segue o impacto que me causaria a experiência rica, desafiante, do exílio. Exílio que resultou da compreensão teórica da educação como ato político, da educação como processo de conhecimento, da educação democrática fundando-se no respeito ao educando, à sua linguagem, à sua identidade cultural de classe, não da explicação teórica da defesa da educação que desoculta, que desvela, que desafia; exílio que resultou da posta em prática de uma tal compreensão da educação. Foi a prática, obviamente, que assustou, nos anos 60, como assusta hoje, as classes dominantes autoritárias e perversas. Foi a posta em prática de uma educação assim que me levou à prisão, ao afastamento da Universidade e, finalmente, aos quase 16 anos de exílio.

As oportunidades que tive de crescer, de aprender, de rever-me, no exílio, foram tais que, às vezes, Elza com humor e sabedoria, me dizia: "Tu devias telegrafar ao general que responde pela Presidência do Brasil agradecendo o ensejo que ti deram de continuar aprendendo". Ela tinha razão...

Nos quase 16 anos de exílio estive fixado em três sítios. Santiago do Chile, Cambridge, Massachusuts e, Genebra. Daí como "andarrilho do ôbvio", corri mundo. Dei cursos, seminários, participei de conferências, de congressos, assessorei governos revolucionários na África, na América Central, no Caribe, assessorei movimentos de libertação, corri riscos, ganhei amizades, amei fui amado, aprendi, cresci. E enquanto tudo isso fiz e tudo isso "sofri", no sentido de a mim incorporar o que fiz e o que vivi, ja mais deixei de ter o Brasil como **pré - ocupação**. O Brasil nunca foi para mim uma saudade remota, amarga.

O Brasil de minha pré - ocupação era exatamente o Brasil submetido ao golpe militar, pitorescamente chamado de revolução de 64 pelos seus executores. Era o Brasil silenciado, com seus intelectuais progressistas expulsos, com sua classe trabalhadora manietada com homens como Helder Câmara, o profético arcebispo do Recife e Olinda, ameaçado e emudecido.

Todo tempo, porém, de exílio bem vivido vira tempo de preparação para a volta. Assim, em junho de 1980 voltamos definitivamente para o Brasil, fixando-nos em São Paulo.

Num primeiro momento me dediquei ao que chamava reaprender o Brasil. Revisitei o país todo. De Norte a Sul, falei sobretudo a jovens curiosos do que houve, do que fizéramos antes de 64. Que sinto na obrigação de escrever ainda sobre isto. Não sei quando e se farei. Voltei à atividade docente. Tornei-me professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas. Escrevi, mas sobretudo falei muito nestes anos.

Há algo importante que fiz meses antes de voltar. Na Europa ainda me tornei membro fundador do Partido dos Trabalhadores, de cuja administração municipal em São Paulo sou hoje Secretário da Educação. Era a primeira vez que me filiava a um partido, com ficha, nome, endereço. Tudo certo. Tudo legal. É que, pela primei-

ra vez, na história política deste país, um partido nascia de baixo para cima. O Partido dos Trabalhadores nascia não recusando os chamados intelectuais por ser intelectuais, mas rejeitando os intelectuais elitistas e autoritários que se arvoram em donos da verdade da classe trabalhadora e da revolução. E como jamais aceitei este tipo de intelectual arrogante me senti à vontade, desde o princípio, como militante modesto do P.T.

E por que aceitei ser Secretário da Educação da cidade de São Paulo?

Em primeiro lugar, porque sou Secretário de uma administração do Partido dos Trabalhadores e particularmente da Prefeita Luiza Erundina. Isso é, porque posso dizer em programas de T.V. e aos jornais e rádios que na Secretaria da Educação "cartão" e injunções políticas não se sobrepõem ao direito de ninguém. Em segundo lugar porque, se não tivesse aceito o convite honroso que fez Erundina, teria por uma questão de coerência, de retirar todos os meus livros de impressão, deixar de escrever e silenciar até a morte. E este era um preço muito alto. Aceitar o convite é ser coerente com tudo o que disse e fiz era o único caminho que eu tinha.

Aceitei. Assim a Secretaria e estou contente porque agi assim.

III - Fale um pouco sobre o "Metodo Paulo Freire" -

Conscientização ou alfabetização?

Como você se posiciona em face das críticas que lhe fazem a este respeito?

P.F.- Insistir em que toda leitura da palavra é sempre precedida de uma certa leitura do mundo talvez seja a melhor maneira de começar a tratar a questão que você me coloca.

Partindo da leitura do mundo que o alfabetizando faz e com a qual vem aos cursos de alfabetização (leitura que é social e de classe) a leitura da palavra remete o leitor à leitura prévia do mundo, que é, no fundo, uma releitura.

A palavra, a frase, o discurso articulado não se dão no ar. São históricos e sociais. É possível, em culturas de memórias preponderante ou exclusivamente oral discutir, em projetos de educação popular, a criticidade maior ou menor contida na leitura do mundo que o grupo popular esteja fazendo num dado momento, sem a leitura da palavra. O que não me parece possível é fazer a leitura da palavra sem relação com a leitura do mundo dos educandos. Por isso é que, para mim, todo processo de alfabetização de adultos implica o desenvolvimento crítico da leitura do mundo, que é um que fazer político conscientizador. O que estaria errado e jamais sugeri que fosse feito seria negar aos alfabetizandos o direito que tem de alfabetizar-se porque, em nome da politização necessária, não houvesse tempo para a alfabetização estrito senso.

Nem a leitura da palavra apenas nem só a do mundo.

IV - Quais suas diretrizes como Secretário e como vê isso no contexto das administrações petistas?

P.F. - Estou convencido e é óbvio o que vou dizer de que administrações progressistas como as do P.T. não podem ficar distantes, frias, indiferentes à questão da educação popular. São administrações que têm de enfrentar a questão do prestígio da escola pública pela luta em favor de sua melhoria que, por sua vez, possa pelo respeito profundo aos educadores e por sua formação permanente.

A questão do analfabetismo de jovens e de adultos está ligada aos déficits quantitativo e qualitativo de nossa educação. Escolas em quantidade insuficiente para atender à demanda popular - oito milhões de crianças no Brasil fora da escola - e educação elitista, longe das expectativas das classes populares.

Cada ano que passa a tendência é aumentar o número de analfabetos jovens e adultos que provêm, de um lado, dos milhões proibidos de entrar na escola, de outro, dos que, reprovados na escola, são dela expulsos. Por isso é que, ao atacar a questão do analfabetismo de jovens e adultos, é imperioso:

a) - que o façamos sem o caráter emergencial que às vezes se dá às campanhas de alfabetização. É preciso pois pensar em co-

mo inserir os alfabetizandos no sistema regular de ensino.

b) - que lutemos no sentido de:

I - superar o déficit quantitativo de nossa escola e

II - superar os índices de reprovação através de um ensino adequado e eficiente na escola básica.

Nada disso se faz da noite para o dia, mas se fará, um dia.

V - Como você vê o papel das organizações não governamentais de coope
ração da Europa em relação com as Administrações Petistas?

P.F.- Vejo sempre bem qualquer organização de cooperação europeia ou não desde que as relações que se estabeleçam entre as organiza -
ções, de um lado, e nós, administrações petistas, de outro, sejam relações de mútuo respeito. Relações dialógicas em que possamos crescer juntos, aprender juntos. Verei, pelo contrário, mal, qual
quer organização chamada de cooperação que, distorcidamente, po
rém, pretenda impor a nós suas opções em nome da ajuda que nos possam dar.

Na verdade, não há organizações de cooperação neutras. Por isso mesmo é que elas, também, tem de estar claras com relação às
administrações com que procuram relações e das quais estudam pro
jetos de cooperação.

Para conviver bem com qualquer organização exigimos pouco: que nos tratem com respeito.

PAULO FREIRE,